

O espectáculo democrático das primárias

Publicação: [O Mundo em Português Nº 54](#)

Data de Publicação: Março 2004

Autor: Teresa Botelho

De quatro em quatro anos, o processo de selecção dos candidatos presidenciais americanos evidencia as diferenças fundamentais, na concepção e composição, entre os partidos políticos dos Estados Unidos e da Europa. O perfil ideologicamente estreito dos partidos europeus, a sua tradição de lideranças personalizadas e um sistema de representatividade parlamentar proporcional, que promove a relação do eleitor com o partido em detrimento da relação com o eleito, favorecem processos de decisão recatados, resultantes da dinâmica e dos equilíbrios das forças internas, ratificados semiautomaticamente por congressos sem verdadeiro debate.

Só no Reino Unido existe uma réstia de participação real das bases partidárias em aspectos fundamentais da gestão política dos processos eleitorais. São os activistas de cada círculo eleitoral (uninominal) quem selecciona o seu candidato às eleições parlamentares para cada um dos partidos. No entanto, mesmo aqui, a escolha tem de ser ratificada pela direcção partidária, dando azo a situações inesperadas, em que o mesmo partido apresenta um candidato oficial a um determinado cargo contra um candidato não oficial, escolhido pelas bases, mas não ratificado pela direcção, como sucedeu com a recente eleição para Mayor de Londres, ganha pelo candidato trabalhista free-lance. É pois, com um misto de fascínio e estranheza que a opinião pública europeia assiste ao longo e animado processo das primárias nos Estados Unidos, que parece contradizer tantos dos dogmas europeus sobre a saúde democrática das instituições políticas americanas.

Questões primárias

O primeiro factor a ter em conta para entender as primárias é a sua relativa novidade. Até meados dos anos 60, o processo de escolha de candidatos era ainda, na maior parte dos casos, um jogo de bastidores. Nas convenções, ainda se persuadiam delegados, ainda se trocavam favores, e se faziam promessas; por exemplo, na Convenção de Los Angeles em que o Partido Democrata seleccionou John F. Kennedy,

este tinha vencido algumas das 10 primárias que então se realizavam, como meros testes de opinião, mas o seu destino foi traçado por intensas negociações entre a sua direcção de campanha e certas delegações, como a de Chicago, liderada por Richard Dailey, um barão democrata com o poder de fazer e desfazer presidentes.

Foi justamente para combater o secretismo e o tráfico de influências fora do controlo das bases que estas acabaram por impor aos dois partidos um sistema de selecção que compromettesse os delegados com candidatos específicos, por forma a representarem a opinião das bases que os tinham seleccionado e a não surgirem nas convenções com votos abertos e negociáveis. O sistema foi sendo progressivamente alargado a quase todos os Estados. Nas eleições de 2004, realizou-se 55 consultas, incluindo círculos no estrangeiro e em territórios não estaduais.

As direcções nacionais dos partidos têm, ainda, algumas responsabilidades definidas, nomeadamente a organização de debates entre todos os candidatos e o estabelecimento dos calendários das primárias. Até há pouco, as direcções nacionais podiam usar a arma financeira para favorecer um ou outro candidato. Desde a recente reforma da lei de financiamento eleitoral, a contribuição dos cofres centrais para as primárias diminuiu, possibilitando, por um lado, o surgimento de mais candidatos “fora do baralho”, como é o caso do reverendo Al Sharpton, mas por outro tornando fundamental a capacidade de cada candidato angariar fundos para a sua campanha, o que à partida favorece os que têm maior desafogo financeiro.

Perguntar-se-á se as primárias anularam o papel das convenções partidárias e se tudo se resume agora a uma contagem de delegados. Vários factores complicam o que poderia parecer uma simples operação matemática. Em primeiro lugar, ao contrário da maioria das primárias republicanas, em que o candidato vencedor conquista a totalidade da delegação, nas primárias democráticas vigora o sistema de proporcionalidade. Vencer uma primária significa, assim, ter uma maioria de apoiantes numa delegação e não a sua totalidade. Por exemplo, as primárias do Arizona que deram a vitória a John Kerry, elegeram uma delegação mista em que 31 votos estão comprometidos com o senador do Massachussets, 22 com o General Wesley Clark e 5 com o governador Howard Dean. Acresce que todas as delegações têm uma pequena percentagem de delegados não comprometidos a priori com qualquer candidato – é o caso de governadores, membros do Congresso e da direcção local do partido. No caso de uma eleição renhida, poderia haver ainda lugar para alguma trepidação na Convenção Democrática de Boston. Não parece ser a essa a tendência actual, e provavelmente a “Super Terça feira” de 2 de Março, em que votarão os maiores Estados, incluindo Nova

lorque (384 delegados) e a Califórnia (441), porá fim a quaisquer dúvidas, como sucedeu, aliás, nas últimas primárias democráticas. A única verdadeira agenda da Convenção de Boston será, provavelmente, a escolha do candidato a vice-presidente.

A avalanche do Senador Kerry

A escolha de Kerry, aparentemente inevitável, suscita, no entanto, um conjunto de reflexões sobre a natureza dos partidos norte-americanos, em particular do Partido Democrata. Depreender-se-ia, dado o número de candidatos à nomeação (inicialmente nove), que um partido historicamente tão diverso como o Democrata (que, na sua fase mais esquizofrénica, até aos anos 60, representava a opinião mais liberal nos Estados do Norte e a mais pró-segregacionista nos Estados do Sul), apresentaria um leque de opções igualmente variado, mantendo o debate interno vivo durante algum tempo.

O que está a suceder é interessante, na medida em que o eleitorado, desde muito cedo, se comportou mais estrategicamente do que ideologicamente. O entusiasmo inicial pela retórica inflamada de Howard Dean não resistiu à constatação pragmática de que não poderia bater o presidente Bush. Para consternação da entourage de Bush, que certamente o teria preferido como adversário, os democratas concentraram-se muito cedo no candidato que parecia mais preparado para enfrentar o presidente, rejeitando ao mesmo tempo dois candidatos que poderiam ter causado verdadeiro pânico entre os republicanos, o general Clark e o senador da Carolina do Norte, John Edwards, um sulista mais conservador do que Kerry, não afectado pelos dois estigmas que poderão atormentar o senador de Massachusetts – a sua origem regional e social e a sua ligação a Ted Kennedy e aos círculos mais liberais.

Se a religião deixou de ser, ao que tudo indica, um factor eleitoral – dos 4 candidatos principais dois são católicos – Kerry, um patricio de mãe aristocrata, educado num colégio interno na Suíça e em Yale, é automaticamente associado à elite que Nixon vilipendiava com o epíteto de eastern establishment. JFK foi o último presidente democrata objecto da acusação; o último presidente sobre quem a mesma acusação, se tivesse sido feita, teria sido verdade seria George Bush senior. O ressentimento que uma grande parte da América profunda nutre contra a aparente arrogância cultural da Costa Leste não deixará de ser explorada contra Kerry durante a campanha. Kennedy neutralizou o estigma, chamando um texano populista para a vice-presidência. Edwards e Clark são ambos sulistas, mas nenhum tem a experiência senatorial e a influência local de Lyndon Johnson.

O pretenso liberalismo de Kerry não será tão fácil de neutralizar. A oposição do Senador à primeira intervenção no Iraque (em aparente contradição com a sua ambiguidade quanto à muito mais controversa guerra de 2003) e o apoio manifestado ao casamento entre homossexuais, são decisões que não deixarão de ser usadas contra si, e que lhe reduzem as hipóteses de retirar ao presidente Bush o apoio de amplos sectores da classe média americana, centrista por natureza, sem o qual nenhum presidente americano pode ser eleito.